

Proposta dos bancos adia o ...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

geração de empregos no País como contraponto à recessão e outro de US\$ 102 milhões para modernização da indústria, através de financiamentos da Finep —, ficou adiada por uma semana, à espera de um sinal mais claro sobre o acordo com os bancos credores privados.

Simultaneamente, a Interagency Country Exposure Committee (Icerc) — agência interministerial dos EUA que avalia os riscos dos bancos comerciais, continua em reunião e pode decidir, a qualquer momento, rebaixar os créditos brasileiros dos bancos comerciais, forçando provisionamento de no mínimo 10% do valor desses créditos. Isso é ruim para os bancos norte-americanos com carteira de empréstimos ao Brasil, mas também é um risco para o governo brasileiro, principalmente se a Icerc decidir que a provisão recairá também sobre as linhas comerciais ao País.

Na quarta-feira da semana passada, a ministra da Economia estava animada com a possibilidade de um acordo sair, no mais tar-

dar, no final desta semana. As diferenças entre bancos e governo brasileiro estavam cada vez menores no tratamento dos juros atrasados e a única condição que o governo brasileiro mantinha era a de somente emitir os bônus relativos ao pagamento de uma parcela dos atrasados depois que houvesse progressos concretos com relação à renegociação da principal da dívida externa.

"Agora, com o endurecimento dos bancos, esbarramos no nosso bottom line (no limite da flexibilidade) e não pretendemos fazer um acordo a qualquer custo", disse um assessor oficial que participa da negociação.

A ministra da Economia viaja no final deste mês para Nagóia, no Japão, para participar da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que ocorre na primeira semana de abril. Ela estava pensando em passar por Madri e eventualmente outras capitais européias, principalmente se estivesse com o acordo externo parcialmente fechado, como imaginava. O reinício das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) também continua sem data marcada.

Proposta dos bancos adia o acordo

por Claudia Safatle
de Brasília

"O acordo externo, que eu achava que seria assinado nesta semana, não será assinado nem até o final do mês", disse a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, a este jornal, através da sua assessoria. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, também estava desanimado com as negociações: "A proposta que os bancos credores fizeram é decepcionante. Eles criaram uma expectativa em torno da possibilidade de um acordo iminente e o que propuseram não condiz com essa posição".

Os bancos credores — representados no comitê de assessoramento da dívida externa brasileira — endusseram suas posições na última sexta-feira. Com isso inviabilizaram uma solução no curto prazo para o pagamento dos juros atrasados, que era a base dessa primeira etapa da negociação que está sendo conduzida pelo embaixador Jório Dauster, em Nova York. Tanto a ministra da Economia quanto o presidente do Banco Central evitaram explicar onde está o impasse. "Não vou tecer comentários sobre os de-

talhes da negociação", adiantou a ministra, repetindo uma prática que tem pautado o desenrolar do acordo externo: o sigilo por parte do governo brasileiro.

Fontes oficiais, que acompanham a negociação com o comitê de bancos credores, apontaram, porém, para a direção onde estariam os problemas: não há consenso entre os bancos do comitê. O que alguns representantes dos credores estavam negociando com o embaixador não foi aceito pelos demais bancos, que, com a ampliação do comitê proposto por este governo, saltou de dezesseis para mais de vinte representantes. "Os interesses dos bancos, hoje, são diferentes e não há hegemonia no comitê. Enquanto para o Citibank a questão dos juros atrasados é imperiosa, para o Morgan Guarantee Bank não causa problemas mais sérios, já que ele fez 100% de provisão. Os bancos que estão mais inflexíveis são os japoneses e alemães", confidenciou uma fonte oficial.

Ontem o embaixador Jório Dauster esteve reunido com todos os bancos do comitê, em Nova York, para buscar os pontos em co-

mum. "O problema é que, para chegar a esses pontos, as condições da negociação pioram e nós temos os nossos limites de flexibilidade", assinalou essa mesma fonte.

Na semana passada, o cerco dos bancos credores sobre o governo brasileiro aumentou, a partir de uma recomendação do governo norte-americano ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de retirar de pauta a análise para aprovação de dois projetos de financiamento já negociados com o governo brasileiro, da reunião de diretoria da última quarta-feira.

A apreciação dos dois projetos — um de US\$ 350 milhões para

(Continua na página 22)

Pela primeira vez desde abril de 1989, o principal título da dívida externa brasileira, o MYDFA, ultrapassou a marca de 28 centavos por dólar, fechando ontem a 28,125. Mas foi outro papel brasileiro, o New Money Bond, o que mais avançou, atingindo 60 centavos por dólar, enquanto os exit bonds estacionaram em torno de 42 centavos por dólar.

(Ver página 23)